



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Tribunal de Justiça de Rondônia

Machadinho do Oeste - Vara Única

Rua Tocantins, nº 3029, Bairro Centro, CEP 76.868-000, Machadinho do Oeste, RO

Processo n.: 7000006-12.2018.8.22.0019

Classe: Procedimento Comum Cível

Assunto: Indenização por Dano Moral, Direito de Imagem

AUTOR: NEODI CARLOS FRANCISCO DE OLIVEIRA, AV. RIO DE JANEIRO 2404 CENTRO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA

ADVOGADO DO AUTOR: DOUGLAS TADEU CHIQUETTI OAB nº RO3946

RÉUS: MACHADINHOONLINE.COM.BR, RUA DOS IPES 3160 UNIAO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA, SANDRA ORLANDINI CARNEIRO DOS SANTOS, AV. PRESIDENTE MÉDICI 2479 CENTRO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA, SANDRA ORLANDINI CARNEIRO DOS SANTOS 31267165200, PRESIDENTE MEDICI 2479 CENTRO - 76868-000 - MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA

ADVOGADOS DOS RÉUS: LUIZ CAVALCANTE DE SOUZA JUNIOR OAB nº RO3439

Valor da causa: 0,00

SENTENÇA

I. RELATÓRIO

Vistos.

Trata-se de ação de indenização por danos morais c/c pedido de tutela de urgência e direito de resposta proposta por Neodi Carlos Francisco de Oliveira contra Ana Paula Machado, narrando que, no dia 02 de janeiro de 2018, os responsáveis pelo site www.machadinhoonline.com.br publicaram matéria difamatória e injuriosa, eis que houve ofensa a honra, reputação e a dignidade do requerente, bem como o caluniando, ao alegar “teria metido a mão” em dinheiro público, sendo condenado. Requer a concessão de tutela de urgência para que a ré retire imediatamente de veiculação de sua página na rede social Facebook a matéria intitulada “Acusado de meter a mão em dinheiro público, Neodi Carlos pode ficar de fora das eleições” e a fim de conceder direito de resposta proporcional ao agravo. Pede a condenação da ré ao pagamento de indenização por danos morais. Juntou documentos (id 15440049).

Decisão inicial (id 16217326).



A audiência de conciliação restou infrutífera (id 16708668).

A ré foi citada pessoalmente (id 16708800).

Impugnação à contestação (id 8435996).

O autor pugnou pela inclusão de Sandra Orlandini Carneiro dos Santos e exclusão de Ana Paula Machado do polo passivo da demanda (id 16903087).

A pessoa jurídica Sandra Orlandini Carneiro dos Santos e a pessoa física Sandra Orlandini Carneiro dos Santos foram incluídas no polo passivo da ação e excluída Ana Paula Machado (id 16934028).

Citadas (id 17875334), as rés apresentaram contestação, alegando que diversos sites publicaram a matéria ora em debate, a qual não foi redigida originalmente pelas requeridas. Afirmam que a notícia veiculada foi baseada em informações obtidas na ação civil de reparação de danos ao erário por ato de improbidade administrativa protocolada sob o n.º 0005898-56.2010.822.0001, que tramita na 2ª Vara da Fazenda Pública da comarca de Porto Velho/RO, e que o feito não tramita em segredo de justiça. Declara que a matéria foi publicada com linguagens acessíveis a todas as camadas sociais e rebate o pedido de condenação ao pagamento de indenização por danos morais. Pede a improcedência da ação. Juntou documentos (id 18423366).

O requerente apresentou réplica (id 19397170) e requereu o julgamento antecipado da lide (id 28050815).

Vieram os autos conclusos.

II. FUNDAMENTAÇÃO

O processo em questão comporta o julgamento antecipado, nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil, haja vista que a questão controvertida nos autos é meramente de direito, mostrando-se, por outro lado, suficiente a prova documental produzida para dirimir as questões de fato suscitadas, de modo que desnecessário se faz designar audiência de instrução e julgamento ou outras diligências para a produção de novas provas.

Não há preliminares a serem analisadas.

A reparabilidade ou ressarcibilidade do dano moral é pacífica na doutrina e na jurisprudência, mormente após o advento da Constituição Federal (art. 5º, incisos V e X), estando hoje sumulada sob o n.º 37, pelo Superior Tribunal de Justiça.

Importante ter sempre em vista a impossibilidade de se atribuir equivalente pecuniário a bem jurídico da grandeza dos que integram o patrimônio moral, operação que resultaria em degradação daquilo que se visa a proteger (cf. voto do Min. Athos Carneiro, no REsp nº 1.604-SP, RSTJ 33/521).

Caio Mário, apagando da ressarcibilidade do dano moral a influência da indenização, na acepção tradicional, entende que há de preponderar "um jogo duplo de noções: a - de uma lado, a idéia de punição ao infrator, que não pode ofender em vão a esfera jurídica alheia (...); b - de outro lado, proporcionar à vítima uma compensação pelo dano suportado, pondo-lhe o ofensor nas mãos uma soma que não é o pretium doloris, porém uma ensancha de reparação da afronta (...)" (aut cit., "Instituições de Direito Civil", vol II, Forense, 7ª ed., p. 235).



E acrescenta: "(...) na ausência de um padrão ou de uma contraprestação que dê o correspondente da mágoa, o que prevalece é o critério de atribuir ao juiz o arbitramento da indenização (...)" (Caio Mário, ob. cit., p. 316).

Os pressupostos da obrigação de indenizar, seja relativamente ao dano contratual, seja relativamente ao dano extracontratual, são, no dizer de Antônio Lindbergh C. Montenegro: "a – o dano, também denominado prejuízo; b – o ato ilícito ou o risco, segundo a lei exija ou não a culpa do agente; c – um nexo de causalidade entre tais elementos. Comprovada a existência desses requisitos em um dado caso, surge um vínculo de direito por força do qual o prejudicado assume a posição de credor e o ofensor a de devedor, em outras palavras, a responsabilidade civil" (aut. menc., "Ressarcimento de Dano", Âmbito Cultural Edições, 1992, nº 2, p. 13).

No caso dos autos, as requeridas publicaram a seguinte matéria no site jornalístico:

“Acusado de meter a mão em dinheiro público, Neodi Carlos pode ficar fora das eleições

O ex-prefeito de Machadinho do Oeste e ex-presidente da Assembleia Legislativa, Neodi Carlos (PSDC), torce para que os recursos jurídicos interpostos por seus advogados sejam suficientemente fortes para retardar a condenação judicial em segunda instância que pode tirá-lo da disputa eleitoral deste ano.

Apesar de já condenado pela participação no esquema que resultou no desvio de mais de R\$ 11 milhões na Assembleia Legislativa através do esquema da folha paralela, onde deputados usavam nomes de laranjas para sacar dinheiro de salário, Neodi afirma que será candidato a vice-governador.

Neodi tem alardeado pela região que teria recebido convites dos senadores Ivo Cassol (PP-RO) e Acir Gurgacz (PDT-RO). O ex-presidente da Assembleia tem dito que está fazendo suas pesquisas para saber qual dos dois tem mais chances de vencer, para escolher de que lado vai ficar.

O ex-deputado tem confidenciado que, se escolher bem e conseguir se eleger, poderá ficar longe das grades do presídio Aruana, em Porto Velho, onde ficam condenados por estupro e políticos.

Em outros momentos, Neodi fala que não será candidato a nada. Adversários explicam que ele diz isso porque sabe que logo poderá ser publicada outra decisão judicial, em segunda instância, enviando-o para uma cela.

No caso da folha paralela, o Ministério Público demonstrou que “O requerido Neodi Carlos Francisco de Oliveira juntamente com o Carlão de Oliveira, manteve em sua folha paralela dez pessoas envolvidas, em nome de quem foram emitidos 53 cheques – salários, dentre estes 38 foram identificados a partir de cópias dos recibos, resultando no valor de desvio ao erário de R\$ 263.104,72, no período de junho/2004 a abril/2005, tendo sido constatado por meio de laudo n. 388/2005 e depoimentos das pessoas envolvidas”.

Em outra situação, o site G1 divulgou detalhes da “Operação Overbooking”, desencadeada pelo MP em 13 de julho de 2017, para investigar fraude em pagamento da Assembleia Legislativa para frete aéreo.

O G1 citou o seguinte:

“Segundo o procurador-geral de Justiça Ayrton Pedro Marin Filho, o esquema fraudulento movimentou, em cinco anos, mais de R\$ 3 milhões.

“São voos que foram pagos, com autorização da presidência do Legislativo estadual, e que nunca saíram do chão”, explicou o procurador.



Ainda segundo o procurador, as investigações tiveram início quando o MP-RO verificou conflito de horários e datas entre voos e sessões plenárias.

“Certo deputado constava como se estivesse viajando, mas, na mesma data e horário, estava em sessão na Assembleia Legislativa”, explicou Ayrton Marin.’

Procurado pelo G1, Neodi Carlos disse que os voos que constam como não realizados são os que as aeronaves pousaram em aeroportos não homologados, como uma pista em Machadinho do Oeste. O exdeputado e ex-prefeito fala que não pagou por voos não autorizados.

Aparentemente e a conversa de Neodi não colou junto ao G1, que voltou a ouvir Ayrton Marin. “Não me refiro a pistas não homologadas, estou falando de voos pagos que nunca aconteceram”, detalhou o procurador-geral de Justiça.

Aparentemente o procurador apanhou Neodi “de calça curta”, como diz o ditado. Mas isso já aconteceu com Neodi antes. Quando era presidente da Assembleia, o ex-prefeito de Machadinho dizia que devolvia dinheiro do Poder Legislativo ao governo Ivo Cassol.

Ele fazia uma tremenda propaganda disso, até que os opositores começaram a desconfiar, perguntando em que conta Neodi tinha depositado os valores, e onde estava a cópia do comprovante de depósito.

Neodi começou a desconversar e, é claro, os opositores passaram a dizer que o dinheiro tinha “desaparecido”. Foi a primeira vez que Neodi foi apanhado em público de calça curta, já que nunca tinha devolvido dinheiro algum.

Mais tarde, Ivo Cassol explicou que Neodi não devolveu nada. “Eu simplesmente não repassei o dinheiro porque a Assembleia não precisava”, disse Cassol na ocasião.”

Pois bem, a Constituição Federal, em seus artigos 5º, incisos IV, IX e XIV, assegura a liberdade de expressão e de imprensa, a qual não é absoluta, eis que possui limites do próprio sistema constitucional no qual está inserida, de forma a resguardar o direito à integridade da honra e à imagem dos cidadãos.

No caso ora tratado, as rés basearam-se em informações contidas em autos judiciais para publicar a matéria supra, utilizando, conforme narrado na contestação, verbos e palavras acessíveis a todas as camadas sociais, não havendo razões para que o pleito indenizatório seja acolhido, vez que o fato de informações quanto ao cargo desempenhado pelo réu sejam trazidas a público, em site de grande circulação na comarca, por si só, não gera dano.

Não vislumbro o dano moral no caso em apreço, pois entendo que o autor, na qualidade de prefeito e deputado, era pessoa pública, estando exposto a opiniões públicas, diante da liberdade de expressão. Assevero que o requerente passou por transtornos e dissabores, é verdade, tanto que foi compelido a buscar a tutela do Judiciário para a defesa de seus interesses, mas não está evidenciado qualquer reflexo mais sério na vida do demandante.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e dos demais tribunais pátrios tem reconhecido a existência de dano moral nas situações em que o ato ilícito do agente causa à vítima dor, sofrimento, angústia ou violação aos direitos personalíssimos como o da honra, imagem, privacidade própria e das comunicações.

Sergio Cavalieri Filho, em seu Programa de Responsabilidade Civil (Malheiros Editores, p. 74/75) ensina que:

“enquanto o dano material importa em lesão de bem patrimonial, gerando prejuízo econômico passível de reparação, o dano moral é lesão de bem integrante da personalidade, tal como a



honra, a liberdade, a saúde, a integridade física e psicológica, causando dor, sofrimento, tristeza, vexame e humilhação à vítima. Nesta categoria incluem-se também os chamados novos direitos da personalidade, intimidade, imagem, bom nome, privacidade e integridade da esfera íntima. Tutela-se, aí, o interesse da pessoa humana de guardar só para si, ou para estrito círculo de pessoas, os variadíssimos aspectos da vida privada, convicções religiosas, filosóficas, políticas, sentimentos, relações afetivas, aspirações, hábitos, gostos, estado de saúde, situação econômica, financeira e etc.”

E deste posicionamento não discrepa outro ilustre doutrinador, Sérgio Cavalieri Filho:

“só deve ser reputado como dano moral a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústia e desequilíbrio em seu bem-estar. Mero dissabor, aborrecimentos, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral, porquanto, além de fazerem parte da normalidade do nosso dia-a-dia, no trabalho, no trânsito, entre os amigos e até no ambiente familiar, tais situações não são intensas e duradouras, a ponto de romper o equilíbrio psicológico do indivíduo. Se assim não se entender, acabaremos por banalizar o dano moral, ensejando ações judiciais em busca de indenizações pelos mais triviais aborrecimentos.” (ed. Malheiros, 2.004, pág. 98)

Os meros aborrecimentos narrados na exordial não se confundem com danos morais. Tratou-se de um contratempo ocorrido, pois o autor, investido em cargo público, estava predisposto, e disso sabia quando se candidatou, a opiniões públicas, como foi o caso dos autos.

III. DISPOSITIVO

Ante o exposto, nos termos do art. 487, incisol, do Código de Processo Civil, julgo **IMPROCEDENTES** os pedidos iniciais.

Condene o requerente ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como aos honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa atualizado.

Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo CPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo “a quo” (CPC, art. 1.010), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões.

Caso nada seja requerido após o trânsito em julgado desta, observadas as formalidades legais, archive-se.

P.R.I.C.

Machadinho D' Oeste/RO, 16 de agosto de 2019.

Muhammad Hijazi Zaglout

Juiz de Direito

